

Mudança de valores, Materialismo e Pós-materialismo: algumas ponderações sobre o Cone Sul¹

Roberto Oliveira Rocha²
Gabriela Câmara Bernardes Siqueira³
Bruna de Fátima Chaves Aarão⁴

RESUMO: A teoria do desenvolvimento humano defendida por Inglehart (1977) prevê um progressivo aumento da adesão a valores pós-materialistas na medida em que as sociedades se desenvolvem economicamente. A proposta deste trabalho é analisar a associação entre valores pós-materialistas e desenvolvimento socioeconômico em perspectiva comparada nos casos dos países do Cone Sul a partir dos dados da segunda e da quinta rodadas do *World Values Survey*. Existe uma semelhança nos valores culturais destes países? Na América Latina o desenvolvimento econômico estaria provocando mudanças de valores e, conseqüentemente adesão à democracia, conforme é proposto por esses autores? Com intuito de verificar a teoria de Inglehart e Welzel foi realizado a comparação de valores materialistas e pós materialistas entre Argentina, Brasil e Chile.

Palavras-chave: desenvolvimento humano, pós-materialismo, valores, modernização, mudança cultural.

Os valores culturais presentes nas sociedades, sejam elas democracias consolidadas ou com processos de consolidação democrática, diferem entre si. A hipótese colocada por Ronald Inglehart (2001) é que, junto com o desenvolvimento econômico, observaríamos também uma mudança valorativa por parte dos cidadãos. Assim, se antes os valores correspondiam a um contexto de escassez e manutenção da tradição, identificados como valores materialistas, a melhoria das condições materiais ensejava o surgimento de novos valores, como respeito à diversidade sexual, novas formas de participação política e novos modos de compreensão do campo religioso, ou seja, ocorreria a emergência de valores pós-materialistas.

¹ Gostaríamos de agradecer, em especial, à professora Helcimara de Souza Telles (Grupo Opinião Pública – UFMG) pelas reflexões e pelo auxílio oferecido para a realização deste trabalho. Adiantamos, contudo, que as falhas e imperfeições são de responsabilidade exclusiva dos autores.

² Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral - UFMG”. E-mail: oliveira-rocha@outlook.com

³ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral - UFMG”. E-mail: gabizinhacamara@hotmail.com

⁴ Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: brunaarao@hotmail.com

Conforme salienta Inglehart (2005), seria possível notar a existência de grandes zonas culturais no mundo. No caso da América Latina também perceberíamos uma certa homogeneidade de valores compartilhados entre seus países. Estudando os valores culturais dos quatro grupos de nações latino-americanas, Carballo (2013) identifica entre eles posições mais tradicionais e valores no meio termo entre sobrevivência e autoexpressão.

Com o intuito de verificar como essas alterações valorativas estão ocorrendo na América Latina, em que se observa um contraste entre a emergência de alguns valores pós-materialistas e a manutenção de valores materialistas, iremos realizar uma análise comparativa entre Argentina, Brasil e Chile. Esses três países selecionados apresentam recente redemocratização e passaram por processos de desenvolvimento econômico, por isso oferecem uma excelente oportunidade para testar a teoria do desenvolvimento humano de Inglehart (2001). Para realizar tal empreendimento serão utilizados dados secundários do World Values Survey (WVS)⁵ de amostras selecionadas dos anos de 1991 e 2006.

Dessa base de dados, foi utilizado o índice de materialismo/pós-materialismo desenvolvido por Inglehart (1977, 1990). Para a formulação desse índice, Inglehart utilizou-se de doze variáveis, consideradas por ele como os objetivos prioritários de qualquer sociedade.

As doze variáveis são:

- 1) manter a ordem;
- 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes;
- 3) combater o aumento dos preços;
- 4) proteger a liberdade de expressão;
- 5) manter altas taxas de crescimento econômico;
- 6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa;
- 7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade;
- 8) fazer das cidades paisagens mais bonitas;
- 9) manter a economia estável;
- 10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana;
- 11) lutar contra a delinquência;

⁵ O World Values Survey, projeto idealizado e desenvolvido por Ronald Inglehart, é um banco de dados que investiga mudanças sócio-culturais, políticas e econômicas em escala mundial. Para maiores informações consultar: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>

12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes que o dinheiro.

Além desse índice, iremos utilizar algumas variáveis desagregadas para medir os valores materialistas e pós-materialistas nos três países selecionados. São elas: importância de Deus, justificção do aborto, satisfação com a vida e sentimento de felicidade.

Os valores e seus reflexos

A discussão entre desenvolvimento socioeconômico, valores culturais e instituições políticas divide teóricos. Enquanto Karl Marx (1958) e Daniel Bell (1976), de um lado, enfatizam que o desenvolvimento econômico e a modernização produzem alterações sistemáticas dos valores tradicionais para valores mais racionais e universais, Huntington (1996) e Fukuyama (1995), defendem que, apesar das transformações econômicas, os valores tradicionais tendem a persistir dando menor valor as variáveis econômicas na interferência da dimensão cultural.

Na tentativa de superar os determinismos economicista Inglehart e Welzel formularam a teoria do desenvolvimento humano, que busca agregar ambas as perspectivas e estabelece “a existência de associação entre desenvolvimento econômico e mudanças no sistema de normas e valores em escala internacional” (RIBEIRO, 2005, p. 68).

No livro *The Silent Revolution* (1977), publicado por Inglehart ao final da década de 70, ele discute suas primeiras investigações sobre as alterações das prioridades valorativas entre gerações em sociedades com desenvolvimento industrial consolidado. O autor verifica que ocorrem mudanças culturais entre as gerações mais jovens nas sociedades que experimentaram desenvolvimento econômico. As gerações que cresceram em um cenário de segurança material apresentariam valores maiores de auto-expressão, autonomia, criatividade, igualdade de gênero e participação, do que as gerações que vivenciaram acentuada insegurança física quando crianças.

Em “*Modernization, Cultural Change and Democracy*” Inglehart e Welzel (2005) discutem e delineiam os reflexos da modernização. Esta teoria analisa as diferenças culturais entre as sociedades modernas e as sociedades tradicionais, abordando, no entanto, a distinção

presente nas suas instituições econômicas, políticas e culturais. Tais diferenças se dariam em razão da diferença do nível de desenvolvimento econômico entre as sociedades. Assim, à medida que as sociedades menos desenvolvidas experimentassem crescimento econômico, seus valores se tornariam mais humanísticos e seriam mais semelhantes àqueles presentes nas sociedades ditas modernas. Nesse contexto, a literatura sobre valores culturais salienta uma relação entre valores pós-materialistas e qualidade da democracia. O compartilhamento de valores pós-materialistas seria favorável a consolidação de regimes democráticos (RIBEIRO, 2008).

Na discussão e problematização que se estabeleceram sobre algumas questões, as pesquisas de Inglehart e Welzel vão ao encontro das Teorias da Modernização, muito dominantes nas décadas de 60 e 70. De acordo com estas teorias, os processos de modernização econômicos produziram muitas transformações sociais, marcadas por reivindicações de novas formas de participação política e que afetariam, conseqüentemente, a democracia. Trata-se de uma teoria homogeneizante, que aposta na convergência de todas as sociedades para um padrão mais democrático de organização política (LIPSET, 1959; ALMOND & COLEMAN, 1969).

Seguindo uma linha contrária à teoria da modernização clássica, Huntington (1968) procurou investigar os possíveis problemas políticos gerados pela modernização. De acordo com ele, os processos de modernização tenderiam a minar a ordem, na medida em que propiciariam a inserção de novos atores no poder e podendo, com isto, gerar instabilidade.

Tais modificações correriam o risco de trazer maiores prejuízos ao que Huntington (1965) denominou de “ordem democrática”. As transformações mais aceleradas aconteceriam em países com grupos mais dinâmicos e radicais em suas reivindicações, e nestes casos o Estado teria menor capacidade de resposta em função da rápida velocidade dos acontecimentos. Diante deste cenário mais tenso, as forças militares entrariam no jogo político com vantagem em função da sua conhecida capacidade técnica e de organização para conduzir decisões políticas. Para tanto, o autor adverte: “o poder é tomado por um golpe e rompe com a forma anterior de governo” (HUNTINGTON, 1965, p. 214).

As pesquisas de Huntington apontam para uma direção diferente dos estudos de Inglehart e Welzel (2005) no tocante a uma maior adesão a práticas democráticas, na medida em que as sociedades experimentam desenvolvimento econômico. Embora Inglehart e Welzel admitam que os valores tradicionais vão lentamente ficando para trás, mas nunca desaparecem

por completo, eles afirmam que a tendência global dos sistemas de valores é se mover para direções comuns, com preponderância nos valores de auto-expressão, participação e tolerância. Já para Huntington, o desenvolvimento socioeconômico pode afastar em alguns casos as instituições democráticas do arranjo político.

Desse modo, a modernização não é incompatível com regimes autoritários e totalitários (O'DONNELL, 1973). De forma que, alterações nas estruturas socioeconômicas podem “conviver” com governos fortes e não democráticos. As implicações, portanto, do desenvolvimento socioeconômico podem não ser tão preditivas como propõem Inglehart e Welzel.

Apesar das inegáveis diferenças entre os sistemas de valores dos países mais pobres para os países mais desenvolvidos, a teoria da modernização se mostra incompleta ao não considerar outros fatores para além do crescimento econômico que influenciam na permanência ou alteração de um perfil valorativo, e nas diferenças de valores percebidos entre países que se localizam em um mesmo estágio econômico (CARBALLO & MORENO, 2013).

Nos países da América Latina, por exemplo, a importância atribuída a Deus triunfa sobre o recente desenvolvimento econômico (INGLEHART, 2009). Os dados obtidos a partir do World Values Survey mostram que está ocorrendo uma transição dos valores culturais, mas que alguns valores tradicionais persistem e seguem influenciando determinadas sociedades apesar das consequências geradas pela modernização (CARBALLO & MORENO, 2013).

São valores típicos de uma sociedade materialista: a manutenção à ordem, a importância de Deus, assegurar que o país tenha importantes forças de defesa, o autoritarismo, a obediência, e o crescimento econômico. Estes valores refletem uma sociedade que busca primeiramente o bem estar material, e seu sucesso é medido pelo crescimento do PIB, pelo aumento da expectativa de vida. Entre os valores pós-materialistas estão a autoexpressão, a contestação e o índice de autonomia atribuído pelos próprios indivíduos, indicando uma postura mais crítica e participativa da sociedade. A sociedade pós-materialista é mais tolerante em relação às diferenças de gênero, ao aborto, à homossexualidade, à prostituição e ao adultério e participam mais de ações políticas não convencionais (RIBEIRO, 2008). Além disso, conforme apontam Carballo e Moreno (2013), faz-se necessário perceber como os pressupostos das diversas teorias que estudam as alterações de valores culturais relevantes em

escala mundial podem ser visualizados ou não no contexto das sociedades em desenvolvimento.

Como apontado anteriormente autores analisam a mudança de valores tendo como fator explicativo temas como escassez e socialização (RIBEIRO, 2005). A superação da escassez mediante os insumos proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico e produtivo, por exemplo, tem como consequência alterações culturais, haja o fato que “os valores, prioridades e normas de conduta (...) se adaptam ao ambiente em que estão inseridos” (Idem, p. 71). De igual modo, deve-se levar em consideração o processo de socialização experimentado pelos indivíduos. No entanto, conforme alerta Inglehart, o efeito de tal processo de socialização sobre as alterações nos valores só poderiam ser verificados entre os membros das gerações que experimentaram melhores condições materiais nas suas fases de socialização infantil e pré-adulta. O que significa afirmar que “a mudança nas prioridades valorativas só se manifestaria com a mudança geracional” (Idem, p. 73).

A partir dos resultados das ondas do World Values Survey, Inglehart e Welzel (2005) elaboraram um mapa mundial de valores. Neste mapa é possível localizar zonas culturais de compartilhamento de valores. A zona cultural da América Latina tende ao tradicionalismo e se situa no centro do eixo de valores pós-materialistas e materialistas. Estas características se assemelham muito as prioridades de valores dos países da Europa católica, principalmente em nações como Espanha, Portugal e Itália. Estas aproximações podem ser verificadas no mapa abaixo.

Mapa mundial de valores



Fonte: Carballo e Moreno, 2013.

De acordo com este mapa existem dois grandes eixos de variância cultural: valores tradicionais *versus* valores racionais, e valores de sobrevivência *versus* valores de auto-expressão. Comparando Argentina, Brasil e Chile, nota-se que estes localizam-se em pontos diferentes do mapa. A Argentina possuiria mais valores de “auto-expressão” do que os demais. Os valores do Brasil seriam mais ligados ao eixo “tradição” e “sobrevivência”. E o Chile seria dos três países o que mais estaria vinculado ao eixo “racional-legal”.

Entre os valores tradicionais estão a importância que as pessoas atribuem a Deus, o papel que a religião ocupa na sociedade, o respeito às autoridades, a importância atribuída à família, a tendência a obediência por costume ou por convicção de que a tradição deve ser mantida. Os valores de sobrevivência estão relacionados às inseguranças do passado quanto a escassez econômica, e por isto consistem em valores de segurança, estabilidade e ordem, e na satisfação com a vida.

Os valores racionais-legais são aqueles que estão mais conectados às questões de liberdade individual, como maior aprovação do aborto e do divórcio, bem como realização pessoal e importância atribuída à política. Os valores de auto-expressão consistem no sentimento de felicidade e na tendência das pessoas participarem da vida política, para além

dos canais de participação formais, por exemplo, no ativismo voluntário. Além disso, tais valores indicam menor adesão às regras rígidas e maior tolerância.

Indicador de Materialismo e Pós-materialismo

O índice de materialismo e pós-materialismo proposto por Inglehart, não obstante sua importância, apresenta algumas lacunas que têm gerado questionamentos. Em 1997 a análise do referido autor, presente na obra *The Silent Revolution*, apontava para quatro itens que seriam definidores de um posicionamento valorativo, por parte do cidadão, e que indicariam sua localização em relação a questões materialistas ou pós-materialistas. Eram elas: 1) manter a ordem; 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes; 3) combater o aumento de preços e 4) proteger a liberdade de expressão. Aqueles que se posicionassem dando maior ênfase aos itens 1 e 3 eram classificados como materialistas, já os pós-materialistas seriam os que enfatizassem as opções 2 e 4. Os mistos ou ambivalentes eram os respondentes que apresentavam escolhas díspares como, por exemplo, apontar os itens 1 e 4.

As críticas feitas a esse modelo de classificação procuravam demonstrar que ocorrem falhas inferenciais ao se abordar valores partilhados pelos cidadãos com base nas escolhas efetuadas através dessas questões. Dito de outro modo, o índice apresentava problemas de aleatoriedade e, conseqüentemente, de validade (Davis & Davenport, 1999). Em trabalhos posteriores Inglehart (1990) e Inglehart & Abramson (1999) acrescentaram outras variáveis para suplementar a mensuração do índice de materialismo e pós-materialismo. Além dos quatro itens mencionados acima foram incluídos mais oito itens⁶. São eles: 5) manter altas taxas de crescimento econômico; 6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa; 7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade; 8) fazer das cidades paisagens mais bonitas; 9) manter a economia estável; 10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana; 11) lutar contra a delinquência e 12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes que o dinheiro.

⁶ Utilizamos a tradução dos itens, originalmente em inglês, tendo por base o trabalho de Ribeiro(2008).

Observe-se que os novos itens apresentam relação com os quatro itens iniciais, tendo em vista, só para citar um exemplo, que o entrevistado que escolhesse a opção “manter a ordem” também tenderia a escolher a opção “assegurar que o país tenha importantes forças de defesa”. Assim, era possibilitado ao respondente escolher, de forma múltipla, cada uma das perguntas. Abaixo pode ser visto a formulação original de uma pergunta aplicada no questionário do World Values Survey de 1990.

Figura 1 - Pergunta sobre os 4 itens iniciais

SHOW CARD GG
a) If you had to choose, which one of the things on this card
would you say is most important? CODE ONE ANSWER ONLY
*
b) And which would be the next most important? CODE ONE ANSWER
ONLY
*

| | V 259 (a) First Choice | V 260 (b) Second Choice | |
|--|---------------------------------|----------------------------------|---|
| Maintaining order in the nation | | 1 | 1 |
| Giving people more to say in important government decisions | | 2 | 2 |
| Fighting rising prices | | 3 | 3 |
| Protecting freedom of speech | | 4 | 4 |
| Don't know | 9 | 9 | |

Fonte: Questionário World Values Survey, 1990

A mesma lógica foi aplicada com a inclusão dos novos itens. Assim, tal qual ocorria anteriormente, o conjunto de respostas, distribuídas através da escolha prioritária ou secundária para cada item, passava por uma análise fatorial e o resultado proporcionava a distribuição dos dados que se agrupavam em: Materialistas, 1, 2, 3, 4 e Pós-materialistas.

O que tal formulação nos diz? Os indivíduos materialistas são aqueles que respondem ao questionário, marcando como primeira escolha, as variáveis mais conectadas com o ambiente de asseguaração econômica e da ordem, ou seja, valores materialistas clássicos. Os que estão na escala 1 são aqueles que se posicionaram, atribuindo caráter preferencial aos itens indicadores de materialismo, mas que podem ter variado a preferência da escolha em algumas opções. Os indivíduos que estão na escala 2 e 3 são os que apresentam maior variação na ordem de escolha nas respostas dadas, não sem razão são estes que podem ser caracterizados como mistos ou ambivalentes. Já aqueles que estão na escala 4, fazem o caminho inverso dos que estão na escala 1, pois escolhem quase que exclusivamente tópicos relacionados ao pós-materialismo, mas não em relação a todos os itens. Os pós-materialistas, tais quais os materialistas, são os respondentes que se posicionam, marcando integralmente como primeira escolha, as variáveis de pós-materialismo, como o aumento da participação

dos cidadãos nas decisões públicas e a existência de uma sociedade onde as pessoas sejam mais importantes que o dinheiro.

Apesar do refinamento metodológico proporcionado pela inclusão dos itens adicionais para se chegar ao índice de pós-materialismo, alguns autores continuaram argumentando que existem problemas no seu uso. Bruce Tranter e Mark Western (2004), professores da Universidade de Queensland na Austrália, resolveram aplicar duas versões dos questionários do World Values Survey durante a execução do *Australian Survey of Social Attitudes*, em 2003. A intenção dos pesquisadores era perceber se ocorreriam variações nas respostas dos entrevistados observando um aspecto muito simples: a ordem das perguntas no questionário. Importante afirmar que após as críticas de mensuração do índice de pós-materialismo tendo por base apenas os quatro itens, Inglehart propôs que as ondas subsequentes à primeira rodada do WVS, realizada entre 1981 e 1984, trabalhassem com os 12 itens.

O teste efetuado por Tranter e Western (2004) consistiu em aplicar os questionários da segunda onda e da quarta onda do WVS tanto em um grupo de controle quanto em um grupo experimental e os resultados obtidos foram contrastados com os resultados do WVS para a Austrália, bem como com surveys realizados localmente no país⁷. A análise dos dados, mediante métodos estatísticos, indicou que houve variações importantes nos resultados de pós-materialismo nos resultados apresentados pelo WVS, e que não apareciam tão discrepantes nos surveys locais. Segundo os autores, o índice de pós-materialismo com doze itens inflou a taxa de pós-materialismo na Austrália. Assim, eles afirmam:

In the Australia case then, there is strong evidence of the existence of a question ordering effect in the 12 item index that overestimates levels of postmaterialism. That is to say, by estimating the proportions of materialist and postmaterialist values using the long index - the form favoured by Inglehart in the WVS - Australians appear to be more postmaterialist than they otherwise would. By implication, these results suggest that a question ordering problem is also extant in the WVS data (TRANTER & WESTERN, 2004: p. 13).

O apontamento desses autores é extremamente importante para que se tenha consciência da fragilidade dos indicadores que utilizamos. Faz-se necessário conhecer suas inconsistências e minorar as possíveis falhas inferenciais que eles tendem a nos levar. Em relação especificamente ao índice de pós-materialismo podemos acompanhar que há uma

⁷ O autor aponta que a escolha dos grupos obedeceu aos critérios que o WVS estabelece para a garantia de comparabilidade. Cf: TRANTER & WESTERN, 2004, p. 7; TRANTER & WESTERN, 2003.

produção bibliográfica disposta a questionar os limites da teoria do desenvolvimento humano, mas também a própria construção do índice, conforme se pode observar nos trabalhos de Ribeiro (2007), Telles & Dias (2011), Davis & Davenport (1999), Carballo & Moreno (2013), etc.

Analisando especificamente o uso do índice de pós-materialismo no Brasil, Ednaldo Ribeiro (2007) irá conferir validade tanto quando se trabalha com os resultados alcançados por meio dos 4 itens principais, quanto quando se utiliza os 12 itens, ainda que ocorra uma variação bastante expressiva no número de materialistas e pós-materialistas ao se tomar o índice com quatro itens ou o mais longo e aprimorado com 12 itens, mesmo que estejamos tratando de uma comparação dos mesmos países, nos mesmos períodos e com os dados disponibilizados na plataforma do World Values Survey.

Desse modo, não obstante o fato de que Tranter e Western (2003, 2004) apontem que há uma sobre-valorização do número de pós-materialistas ao se utilizar o índice com 12 itens, e, conforme observamos, realmente há uma diferenciação ao se tomar ambas os modos, decidimos continuar utilizando o índice de pós-materialismo com 12 itens por entender que ele confere maior poder de explicação à pergunta que guia esta pesquisa, bem como pelo fato de este indicador continuar sendo utilizado por diversos pesquisadores em diferentes partes do mundo, e em períodos distintos (Blake et al, 1997; Layman et al, 1997 apud Tranter & Western, 2004).

Não obstante, continuaremos atentos à crítica feita por Davis e Davenport (1999). Segundo esses autores, “ (...) respondents may select the individual items sincerely and meaningfully, and have preferences with respect to the priorities among the alternative items, without necessarily being ‘materialist’, ‘postmaterialist’, or ‘mixed’ in their broader political values” (Idem, p. 650). O ponto levantado por eles nos ajuda a entender que as dúvidas que tivemos enquanto autores deste texto, são também aquelas que outros já levantaram, contando com outros referenciais e com outras abordagens.

Desenvolvimento econômico de Argentina, Brasil e Chile (1990 - 2006)

A teoria de Inglehart e Welzel é ousada e se coloca como um modelo preditivo sobre tendências futuras de alterações de valores culturais. Segundo esses autores, o desenvolvimento econômico, ao gerar bem-estar material aos indivíduos, também possibilita que surjam novos valores no interior da sociedade. Tais mudanças valorativas se dariam em direção a uma maior participação democrática, com novas formas de manifestação política, respeito às divergências e novas formas de comunicabilidade entre os cidadãos. Seria não somente uma “revolução silenciosa”, mas a realidade de uma prática democrática cada vez mais contestatória e inclusiva (INGLEHART & WELZEL, 2005).

Assim, ao tentarmos entender como as alterações econômicas impactam os valores nas nações do Cone Sul, foco deste trabalho, faz-se necessário explicar o contexto econômico vivido por esses países nos períodos que precederam as encostas do World Values Survey, tendo em vista que tais cenários são indicativos dos resultados encontrados. Um primeiro aspecto a ser destacado é o fato de Argentina, Brasil e Chile terem experimentado crises políticas e econômicas bastante similares, mas com experiências pós-ditatoriais um pouco diversas entre si.

A ditadura na Argentina teve início, oficialmente, em 24 de junho de 1966 com o golpe militar que depôs o então presidente Arturo Illia, e durou até 1973. As razões que explicam o golpe estão em consonância com aquelas que são apresentadas para o Brasil e para o Chile: a ameaça de irromper um movimento socialista/comunista como o vivenciado por Cuba através da Revolução Cubana de 1959; a polarização da Guerra Fria, com Estados Unidos e URSS fomentando a disputa em regiões estratégicas para a demonstração de sua força geopolítica; agitação social e contestação dos presidentes em exercício; a visão das Forças Armadas de que somente com mão-de-ferro se conseguiria controlar e manter a ordem naquele contexto de turbulência sócio-política (RAPOPORT & LAUFER, 2000).

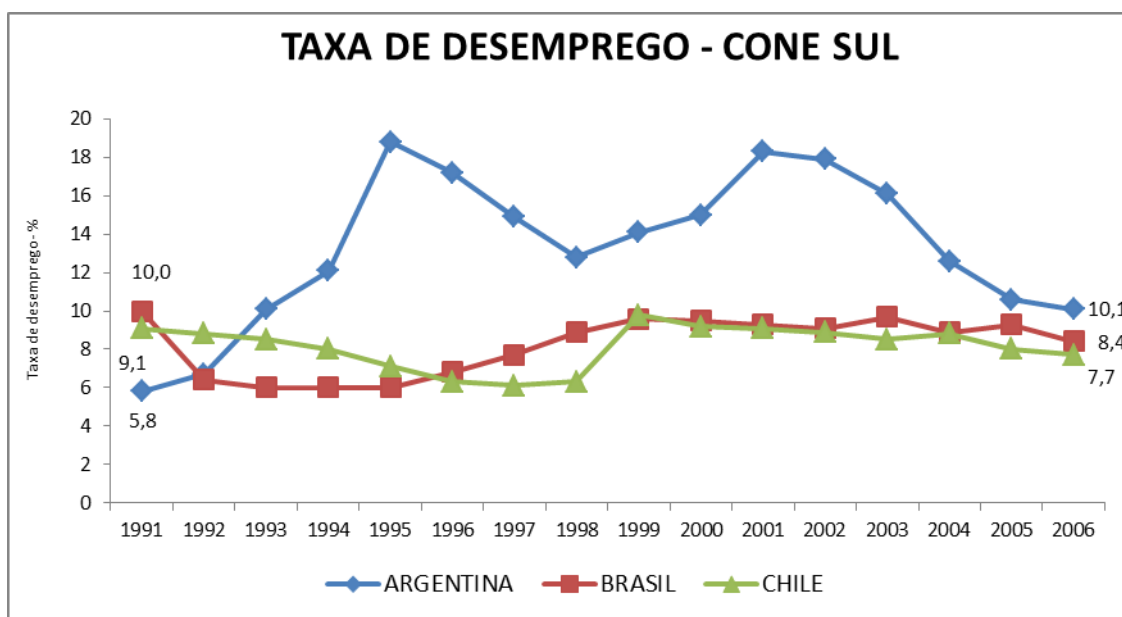
No plano econômico a experiência argentina experimentou retumbantes fracassos nessa época, pois sua dívida externa subiu de US\$ 8 bilhões para US\$ 445 bilhões; a inflação durante a administração militar alcançou a cifra de 343%; houve aumento da pobreza e recuo da participação da indústria no PIB do país; observou-se também o aumento do déficit fiscal e o êxodo de milhares de profissionais que fugiram da repressão (PALÁCIOS, 2009).

O ambiente de contestação e agitação popular, tal qual ocorrido na Argentina, também aconteceu no Brasil em 1964 e no Chile em 1973. A ditadura militar brasileira perdurou até 1984 e foi marcada pela supressão de direitos políticos e sociais, aumento da intervenção do

estado na economia, uso de um discurso nacionalista que procurava legitimar a repressão exercida no país, e o posicionamento das Forças Armadas como garantidoras da não-ocorrência de uma “ditadura comunista” no país (RIDENTI et al, 2004). A ditadura chilena, que durou até 1990, e compreendeu um período de quase duas décadas, é apontada como a mais sangrenta na América do Sul e é a que possui um dos personagens mais marcantes do que foi feito durante a onda de regimes militares que marcou essas nações. O ditador Augusto Pinochet personalizou, *per si*, o sistema hierárquico-militar-institucional repressivo implementado no Chile, com sua lógica de aniquilamento das forças políticas contrastantes ao regime e a ruptura com o período democrático experimentado anteriormente (GARRETÓN, 1992). Conforme aponta Bresser-Pereira (2010), a formulação econômica implementada tanto no Brasil quanto na Argentina e no Chile, durante seus respectivos períodos de ditadura militar, foi pautada na visão de um desenvolvimentismo articulado de cima para baixo, com a adoção de políticas macro-econômicas “gigantistas” e que custaram o endividamento dessas nações. Apesar de terem aberto o cenário econômico para a entrada de capitais internacionais, com a tentativa de diversificação do parque industrial e da capacidade produtiva, o que se observou foram efeitos adversos que levaram, ao contrário, ao sucateamento da economia nacional e a elevação da dívida pública.

O período de reestabelecimento da democracia na maioria dos países latino-americanos foi acompanhado de uma transição política difícil, especialmente por razões de crises econômicas. Durante os anos de 1990 a 2006, Argentina, Brasil e Chile experimentaram situações políticas e econômicas similares em alguns pontos, mas também diferenciadas em outros.

A Argentina, por exemplo, vivenciou a retomada dos processos democráticos a partir de 1983 com a eleição do presidente Raúl Alfonsín, superando o partido peronista “Partido Justicialista”, mas ao mesmo tempo lidava com uma situação econômica periclitante no qual se destacavam altos índices de juros e hiperinflação. As reformas implementadas por Carlos Menem, presidente que sucedeu Alfonsín em 1989, se mostraram incapazes de melhorar a situação financeira do país e tiveram como reflexo um aumento nas taxas de desemprego. As crises internacionais, em especial no México em 1994, na Rússia em 1998, e a desvalorização da moeda brasileira em 1999, interferiram negativamente na situação econômica do país que passou por longos anos de recessão (CEPAL, 2002-2003).



Fonte: World Bank Group, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

O gráfico acima chama a atenção por mostrar que dentre os países do Cone Sul com maior instabilidade no número de desempregados no país, a Argentina se destaca. Conforme destaca uma parte da literatura sobre comportamento eleitoral, existe uma tendência dos cidadãos de avaliarem os presidentes de acordo com o desempenho da economia, o chamado voto econômico (KEY, 1966; FIORINA, 1981). Contudo, a situação experimentada com a existência do crescimento da dívida pública, da falência de diversas empresas, do desemprego atingindo um quarto da população e da inflação crescendo descontroladamente, era o caldo necessário para que ocorressem rupturas na estabilidade política não só na Argentina, mas em outros países sul-americanos.

Em 2001 o então presidente argentino, Fernando de la Rúa, tomou uma série de medidas antipopulares na tentativa de conter os gastos públicos e manter o peso argentino valorizado. Congelou salários, contas bancárias e controlou a quantidade de saque semanal dos argentinos. Com isto a população atingiu um nível elevado de precariedade financeira e ocorreram várias manifestações sociais, com greves, saqueamentos de supermercados e bancos. A partir deste ano, com uma situação externa excepcionalmente favorável, a Argentina foi aos poucos retomando seu desenvolvimento econômico e em 2006 a taxa de desemprego já havia reduzido consideravelmente e a inflação estava sobre controle. O gráfico anterior, por exemplo, mostra que em 2006 a proporção de desempregados no país alcançava 10,1%, acompanhando uma trajetória decrescente desde 2001.

Os casos do Chile e do Brasil se mostram razoavelmente parecidos no que se refere à economia. Nas últimas décadas os dois países executaram reformas econômicas modernizantes em suas estruturas produtivas e impulsionaram políticas de cunho liberal, proporcionando a chegada de investimentos internacionais e a alocação de novos recursos para expansão de suas capacidades produtivas (SOLA, 1995). De acordo com dados do *International Financial Statistics*⁸, do Fundo Monetário Internacional (FMI), em pouco mais de 20 anos o Chile cresceu 209%, enquanto que o Brasil cresceu 72%, e a Argentina apenas 40%. O Chile foi um dos primeiros países da América Latina a implementar reformas estruturais, com a privatização de empresas estatais, o estabelecimento de um sistema privado de fundos de pensão e um forte ajuste nos gastos fiscais, apesar de tais ajustes terem comprometido investimentos nos setores sociais, como a educação e a saúde. O bom desempenho econômico do país sustentado por mais de 20 anos, refletiu na vida da população chilena, gerando um crescimento da renda per capita, que aumentou entre 1990 e 2003 mais de 59%, ampliando o poder aquisitivo da população (CARDOSO, 2003). Um dos principais resultados que podem ser observados através dos ajustes econômicos feitos por esses dois países, e também pela Argentina, é a redução das taxas de inflação. Esse dado é de vital importância em virtude da preocupação atribuída pela população sobre o aumento dos preços. Além disso, assegurar que o governo lutará contra a inflação é uma das questões mais definidoras de materialismo, pois está conectada ao contexto de asseguarção material (INGLEHART, 2001).

INFLAÇÃO - CONE SUL

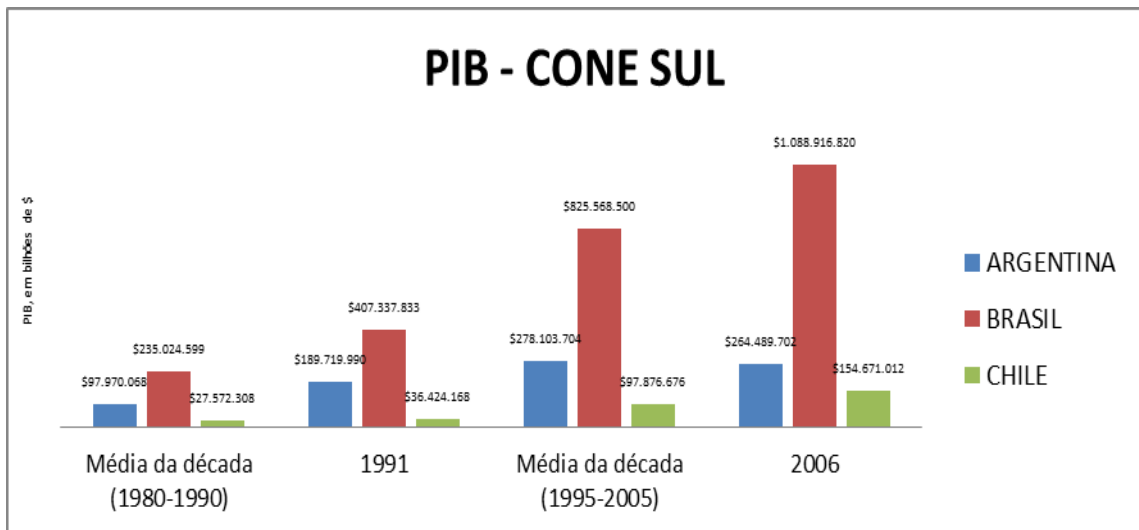
| | Média da década (1980-1990) | 1991 | Média da década (1995-2005) | 2006 |
|-----------|-----------------------------|-------|-----------------------------|------|
| ARGENTINA | 765,3 | 133,0 | 5,33 | 15,3 |
| BRASIL | 574,2 | 414,2 | 16,9 | 6,2 |
| CHILE | 20,2 | 22,4 | 5,5 | 12,8 |

Fonte: World Bank Group, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

⁸ Dados disponíveis em: <http://elibrary-data.imf.org/finddatareports.aspx?d=33061&e=169393> (Acesso em 19/08/2014).

A redução das taxas de inflação, uma das bandeiras mais importantes do eleitorado brasileiro, acompanhou uma trajetória histórica das mais importantes no país, como pode ser visto na tabela acima. No período de 1985 a 1994 o Brasil enfrentou altas taxas de inflação combinadas com baixo crescimento econômico e desemprego. A década de 90 foi marcada pelo alto endividamento externo e a queda de investimentos públicos. Diferentes estratégias de reforma econômicas ortodoxas foram testadas no país: os famosos planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II acabaram fracassando (PIO, 2001). Em 1994, o então presidente Fernando Henrique Cardoso empreendeu um novo plano monetário, que garantiu a queda da inflação nos seus quatro primeiros anos de governo. O Plano Real garantiu, pela primeira vez, um período de estabilidade financeira que perdura até hoje. No entanto, é importante lembrar, em 1998 o crescimento da economia brasileira foi afetado por crises internacionais, e também nacionais, como a vivida pelo setor de energia no país no ano de 2001, e que custou a eleição do candidato apoiado por FHC.

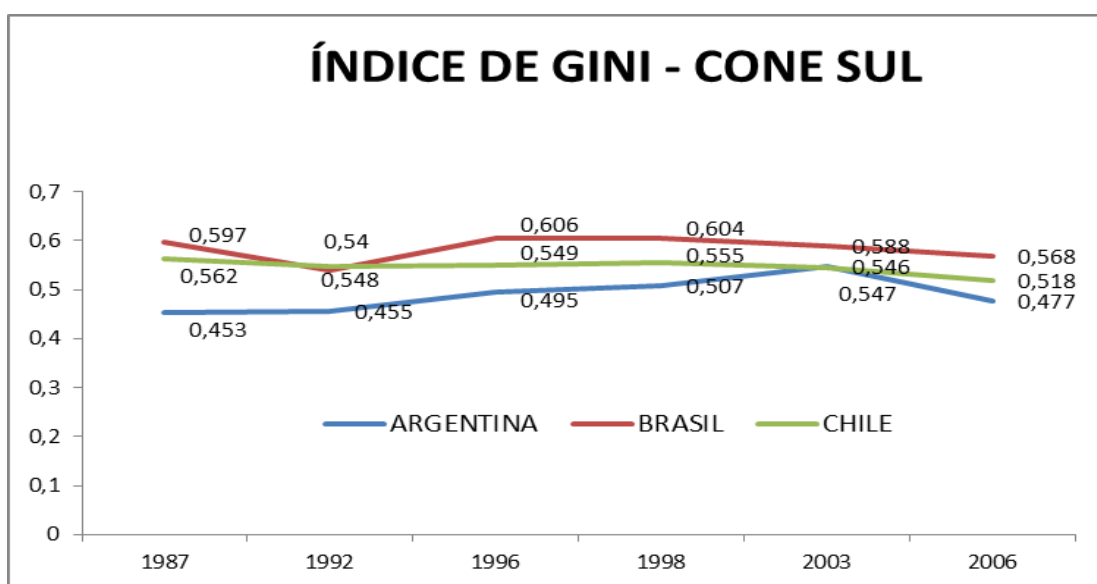
A eleição de Lula em 2003, primeira vitória do Partido dos Trabalhadores na disputa pela presidência da república, veio acompanhada de uma afirmação pública do então candidato de que seria mantido o estilo de política econômica implementado pelo seu antecessor (ANDERSON, 2011). Com um cenário econômico mais favorável, o Brasil aumentou sua capacidade de pagamento aos credores internacionais, e inaugurou uma nova era de estabilidade econômica. As taxas de juros foram finalmente reduzidas, o desemprego reduziu significativamente, a capacidade de consumo das famílias aumentou, e conseqüentemente o PIB expandiu. Aliado ao desempenho econômico, e a facilitação do crédito, o Governo Lula estabeleceu uma série de programas sociais, que reduziram as desigualdades sociais e inseriram uma larga parcela da população no mercado de consumo (ANDERSON, 2011). De 2004 a 2008 o Brasil passou pelo mais longo ciclo de crescimento econômico. Para efeito de comparação o gráfico abaixo apresenta a média do PIB do Brasil, da Argentina e do Chile durante a década de 1980-1990, depois mostra o PIB dos países em 1991, data de realização da segunda onda do World Values Survey; posteriormente é apresentada a média do PIB durante a década de 1995-2005, e finalmente o resultado da produção da riqueza dos países em 2006, período de realização da quinta onda do WVS.



Fonte: World Bank Group, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Como se observa a elevação do PIB dessas nações acompanha um caminho de crescimento consistente e revela que, não obstante dificuldades contextuais e internacionais, tais países incrementaram a produção de riquezas em seus territórios. Sabe-se, contudo, que a desigualdade social na América Latina é um fator desagregador para a elevação de seus países, por exemplo, nos rankings que mensuram o IDH, apesar de o Chile ser um ponto fora da curva nesse aspecto. A horizontalidade provocada pela redução das desigualdades sociais pode indicar até mesmo os índices alcançados por essas nações no que diz respeito à avaliação do governo que o país possui e na confiança dos cidadãos nas políticas aplicadas para a mudança de tais realidades. Dito de outro modo, um quadro de alta desigualdade entre os cidadãos impacta a qualidade da democracia de determinado contexto (DIAMOND & MORLINO, 2005). Abaixo é apresentado o Índice de GINI⁹ do Cone Sul, especificamente com os casos selecionados para esta explanação.

⁹ Tal índice afere o grau de equidade de uma nação. Quanto mais próximo de 0 estiver um país, mais igualitário ele é; quanto mais próximo de 1, logicamente, mais desigual ele se apresenta.



Fonte: World Bank Group, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Os dados apresentados acima mostram que, apesar de apresentarem mudanças econômicas que reduziram a inflação, o desemprego e aumentaram o PIB, Argentina, Brasil e Chile são exemplos de nações desiguais, principalmente os dois primeiros. Isso pode ter impacto direto nas posições valorativas dos cidadãos, ainda mais observando-se que aspectos materialistas foram consistentemente assegurados. Um último aspecto intimamente ligado à economia que apresentamos aqui é a expectativa de vida encontrada nas três nações analisadas. Maior expectativa de vida exemplifica que condições básicas de sobrevivência são ofertadas para a população e, assim, há a possibilidade de que outros tópicos que afetam a vida das pessoas ganhem lugar de destaque na vivência cívica da população.

EXPECTATIVA DE VIDA - CONE SUL

| | Média da década (1980-1990) | 1991 | Média da década (1995-2005) | 2006 |
|-----------|-----------------------------|------|-----------------------------|------|
| ARGENTINA | 70,6 | 71,8 | 73,7 | 74,9 |
| BRASIL | 64,6 | 66,9 | 70,2 | 72,0 |
| CHILE | 71,6 | 73,9 | 76,7 | 78,3 |

Fonte: World Bank Group, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Tendo em vista o panorama apresentado ao delinear o cenário de desenvolvimento econômico de Argentina, Brasil e Chile, e ao analisarmos o que foi posto, procuraremos agora interpretar essas questões tendo por base a Teoria da Modernização proposta por Inglehart & Welzel (2005). Assim, se para os autores um ambiente de desenvolvimento econômico leva

ao crescimento de valores pós-materialistas, procuraremos descobrir se essa premissa corresponde ao caso dos países selecionados do Cone Sul.

Análise de dados

Como foi colocado anteriormente no texto, o desenvolvimento econômico gera grandes mudanças sociais, ou seja, “valores e crenças básicas em sociedades avançadas diferem drasticamente daquelas encontradas em sociedades menos desenvolvidas” (INGLEHART & WELZEL, 2005, p. 17). Nesse sentido, a hipótese desses autores é que haja uma tendência entre desenvolvimento econômico e mudança de valores. Contudo, será que essa hipótese pode ser empregada em todos os países? Na América Latina o desenvolvimento econômico estaria provocando mudanças de valores e, conseqüentemente adesão à democracia, conforme é proposto por esses autores? Com intuito de verificar a teoria de Inglehart e Welzel foi realizado a comparação entre Argentina, Brasil e Chile.¹⁰

Foram utilizados dados secundários do World Values Survey de amostras selecionadas dos anos de 1991 e 2006. Em 1991 foi realizada uma amostra representativa de 1.002 pessoas na Argentina, 1.747 pessoas no Brasil e 1.500 pessoas no Chile. Para o ano de 2006 a amostra foi composta de 1.002 pessoas na Argentina, 1.500 pessoas no Brasil e 1.000 no Chile.

Para verificar a correlação entre desenvolvimento econômico e mudança de valores foi selecionado o índice de materialismo/pós-materialismo e algumas variáveis desagregadas que medem a relação entre os eixos “tradição” versus “racional-legal” e “sobrevivência” versus “auto-expressão” (baseamo-nos no mapa de valores elaborado por Inglehart e Welzel apresentado anteriormente). Utilizou-se a variável “importância de Deus” para o eixo “tradição”, a variável “justificação do aborto” para o eixo “racional-legal”, “sentimento de felicidade” para o eixo “auto-expressão”¹¹ e a variável “satisfação com a vida” para o eixo de “sobrevivência”¹².

¹⁰ A escolha desses países provém, como demonstrado anteriormente, da proximidade encontrada por tais nações, ao observarmos o contexto econômico e político. Além disso, também deve-se ao fato da disponibilidade dos dados no WVS (1990-1994) e (2005-2009).

¹¹ No eixo “auto-expressão” o índice de pós-materialismo é a variável central de predição. No entanto, como já abordamos tal índice, resolvemos utilizar a variável “satisfação com a vida”, com a intenção de evitar colinearidade.

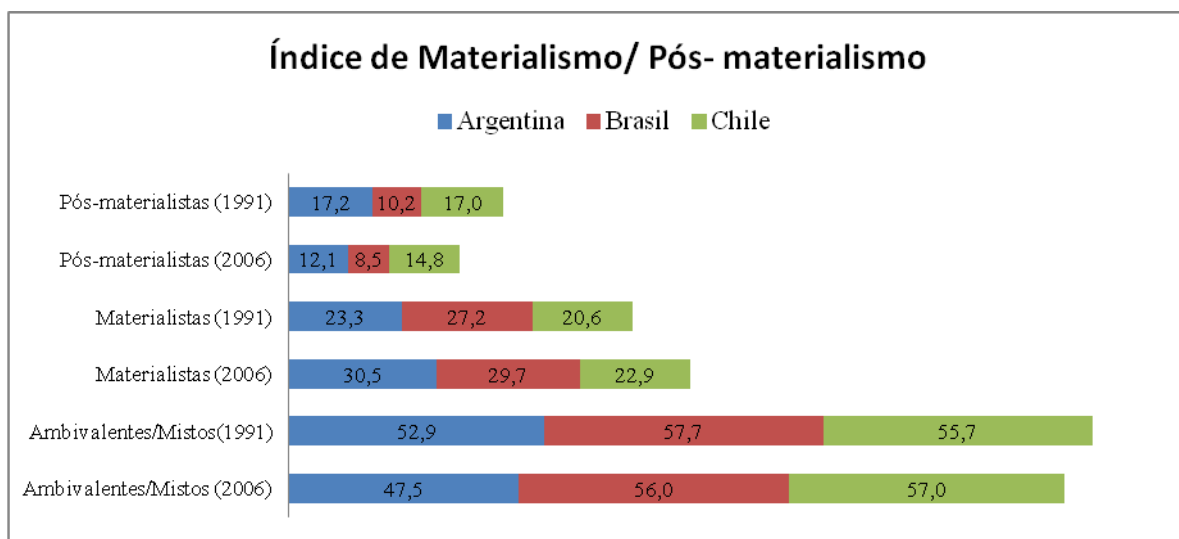
¹² Devido a indisponibilidade na base de dados do WVS da principal variável “mulheres devem ter filhos” do eixo “sobrevivência” substituiu-se para variável disponível mais próxima “satisfação com a vida”.

Tendo como referência a proposta de Inglehart esperava-se que nos três países analisados ocorresse um aumento dos valores pós-materialistas em detrimento dos valores materialistas. Entretanto, verificou-se redução nos três, sendo que a maior queda ocorreu na Argentina (17,2% em 1991 para 12,1%) e a menor no Brasil (10,2% em 1991 para 8,5%).

O Brasil apresentou o menor índice de pós-materialismo dos três países, apesar da estabilidade econômica e da inclusão social experimentadas por esse país no fim da década de 1990 e durante toda a primeira década do século XXI.

Em contrapartida, nos três casos, verificou-se um aumento dos valores materialistas. A Argentina apresentou o maior aumento (de 23,3% para 30,5%), seguido do Brasil (de 27,2% para 29,7%) e Chile (de 20,6% para 22,9%). É importante lembrar que a Argentina nesse período passou por crises econômicas, o que pode ser um indicativo do aumento do índice de materialismo em detrimento do de pós-materialismo. Entretanto, quando comparado o contexto argentino em relação ao brasileiro e chileno, percebemos uma possível contradição. Já que estes dois últimos países vivenciaram períodos de estabilidade econômica e melhora de indicadores sociais e, ainda assim, houve aumento no número de indivíduos materialistas, o que acaba contrariando um dos pressupostos da teoria do desenvolvimento humano.

A categoria ambivalentes/mistos teve um pequeno acréscimo nos três países, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo.



Fonte: World Values Survey

A principal variável do eixo-racional legal é a “justificação do aborto”¹³. Nos três países o percentual de pessoas que acham que o aborto é sempre justificável cresceu. O Brasil apresentou o menor crescimento (de 2,7% para 3,4%), Chile e Argentina apresentaram crescimentos semelhantes (o primeiro, de 1,1% para 3,3%; o segundo, de 5% para 7,2%).. Podemos aventar a possibilidade de que a religião seja o maior fator inibidor de aprovação do aborto, colocando esses países na direção de uma menor expansão dos valores racionais-legais.

Na categoria onde o aborto “nunca” é justificável verificou-se uma queda percentual significativa no Chile (de 75% para 57%), o Brasil apresentou uma queda menor (de 64,1% para 62,3%) e a Argentina apresentou um aumento de 44,5% para 53,9%. A análise dessa variável indica que o Chile apresentou maior mudança de valores para o eixo “racional legal” do que aquela vista na Argentina e Chile. Mesmo com o crescimento econômico experimentado desde o final do século XX, persistem nestes países os valores religiosos e tradicionais que influenciam a maneira como estas sociedades enxergam questões como o aborto, por exemplo. O que o WVS nos conta é que há uma ambiguidade e ambivalência latentes no contexto latino-americano

| Justificação do Aborto | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|-----------|--------|-------|-----------|-----------|--------|-------|
| | 1990-1994 | | | | 2005-2009 | | | |
| | Total | Argentina | Brasil | Chile | Total | Argentina | Brasil | Chile |
| Nunca | 63,3 | 44,5 | 64,1 | 75 | 58,6 | 53,9 | 62,3 | 57,7 |
| Pouco justificável | 14 | 18,3 | 12,6 | 12,4 | 13,3 | 6,6 | 16,5 | 15,2 |
| Médio justificável | 14,6 | 20,4 | 15,7 | 9,5 | 13,6 | 17,5 | 11,6 | 13 |
| Bastante justificável | 4,8 | 10,1 | 4,5 | 1,5 | 6,3 | 7,4 | 5 | 7,2 |
| Sempre | 2,7 | 5 | 2,7 | 1,1 | 4,4 | 7,2 | 3,4 | 3,3 |

Fonte: World Values Survey

A “importância de Deus”¹⁴ é a principal variável do eixo tradicional. Dos países analisados, nos dois períodos, o Brasil é a nação que atribui maior importância a Deus.

¹³ Os dados disponível do WVS foi construído com as categorias "pouco justificavel, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, bastante justificável". Para efeitos de análise de dados foram aglutinadas as seguintes categorias: a) as escalas 2, 3 e 4 transformou-se "pouco justificavel"; b) as escalas 5 e 6 transformando-se em "médio justificável"; c) as escalas 7, 8 e 9 transformou-se "bastante justificável". Foram desconsideradas as categorias "não sabe/não responderam".

¹⁴ Para efeitos de análise de dados foram agrupadas as seguintes categorias: a) as escalas 2 e 3 com a categoria "nada importante" transformando-se na categoria "baixa importância"; b) as escalas 4, 5, 6 e 7 transformando-se

Indicando, dessa maneira, ser um país com valores mais tradicionais do que a Argentina e do que o Chile. Contudo, quando analisamos comparativamente os três casos, destaca-se o aumento atribuído a “importância de Deus” na Argentina, que apresentou o maior percentual de crescimento (passou de 65,2% para 76,2%), seguido do Brasil (90,8% para 94,8%).

| Importância de Deus na sua vida | | | | | | |
|--|-----------|--------|-------|-----------|--------|-------|
| | 1990-1994 | | | 2005-2009 | | |
| | Argentina | Brasil | Chile | Argentina | Brasil | Chile |
| Baixa importância | 9,2 | 1,9 | 5,3 | 7,8 | 1,4 | 5,1 |
| Média importância | 23,3 | 6,6 | 15,4 | 15,3 | 3,7 | 12,8 |
| Alta importância | 65,2 | 90,8 | 78,7 | 76,2 | 94,8 | 78,7 |

Fonte: World Values Survey

No eixo sobrevivência foi utilizado a variável “satisfação com a vida”. Com relação a este aspecto verificou-se que o Chile apresenta a principal queda entre os países do Cone Sul, passando de 39,6% para 28,1% na categoria “muito satisfeito”. A Argentina, conforme se esperava e acompanhando a tendência observada nas outras variáveis, apresentou um acréscimo no número de pessoas satisfeitas com a vida e, assim, localizadas no eixo de sobrevivência. A variação para os argentinos foi de 26,1% para 36,2%. O Brasil apresentou uma taxa de variação muito pequena.

SATISFAÇÃO COM A VIDA

| | 1990-1994 | | | 2005-2009 | | |
|---------------------------------|-----------|--------|-------|-----------|--------|-------|
| | Argentina | Brasil | Chile | Argentina | Brasil | Chile |
| Muito Insatisfeito | 2,7 | 4,3 | 2,7 | 1,9 | 2,8 | 1,3 |
| Insatisfeito | 4,3 | 6,1 | 5,7 | 3,4 | 3,6 | 9,0 |
| Nem satisfeito nem insatisfeito | 23,9 | 21,8 | 21,8 | 12,7 | 19,6 | 25,6 |
| Satisfeito | 43 | 30,4 | 30,1 | 45,8 | 36,2 | 36,0 |
| Muito Satisfeito | 26,1 | 37,3 | 39,6 | 36,2 | 37,8 | 28,1 |

Fonte: World Values Survey

em "média importância"; c) as escalas 8 e 9 com a categoria "muito importante" transformando-se em "alta importância". Foram desconsideradas as categorias "não sabe/não responderam".

No eixo de auto-expressão foi utilizada a variável “sentimento de felicidade”. Conforme pode ser visualizado na tabela abaixo, o Brasil foi o país que apresentou maior aumento entre aqueles que se consideram “muito felizes”. A Argentina apresentou um pequeno aumento e o Chile apresentou queda. Segundo Lagos (2013), o sentimento de felicidade é um processo que acompanha não só a conquista de segurança material, mas também deve ser entendida como resultado de situações contextuais, como por exemplo o nível de confiança interpessoal e inter-relacional. Daí observamos que o Chile, mesmo tendo melhoria econômica, apresentou um decréscimo no nível de felicidade de sua população.

| Sentimento de Felicidade | | | | | | |
|---------------------------------|------------------|---------------|--------------|------------------|---------------|--------------|
| | 1990-1994 | | | 2005-2009 | | |
| | Argentina | Brasil | Chile | Argentina | Brasil | Chile |
| Muito feliz | 32,4 | 21 | 33,1 | 32,8 | 34,1 | 30,5 |
| Bem feliz | 43,9 | 54,5 | 38,7 | 55,8 | 56,5 | 49,1 |
| Não muito feliz | 18,3 | 21,9 | 24,6 | 10 | 8,8 | 18,6 |
| Nem um pouco feliz | 3,8 | 2,4 | 2,6 | 1,4 | 0,6 | 1,8 |

Fonte: World Values Survey

Os dados apresentados acima podem sugerir que a teoria do desenvolvimento humano não se aplica da maneira esperada entre os países do Cone Sul. No entanto, destacamos a ressalva feita por Inglehart e Welzel (2005) ao afirmarem que:

“(…) embora o desenvolvimento econômico tenda a transformar as sociedades numa direção previsível, o processo não é determinístico. Muitos outros fatores, além do desenvolvimento econômico estão envolvidos, de forma que nossas previsões são probabilísticas. No mais, não havendo diferenças, o desenvolvimento econômico tende a tornar as pessoas mais seculares, tolarentes e crédulas, e a atribuir maior ênfase à autoexpressão, à participação e à qualidade de vida. Mas os fatores econômicos não são as únicas influências significativas” (Idem, p. 72).

As possíveis incongruências entre os casos analisados podem indicar que a despeito do desenvolvimento econômico os valores tradicionais ainda estão bastante arraigados nesses países, o que acaba por criar uma barreira no surgimento e crescimento de valores pós-

materialistas. Análises futuras serão de vital importância para indicar alguns pontos abordados até aqui.

Considerações Finais

Analisar alterações valorativas no interior de determinada sociedade corresponde a utilizar um arcabouço instrumental dos mais difíceis, justamente por tratar de questões que são volúveis e, assim sendo, instigam o pesquisador. A iniciativa de Inglehart, por exemplo, de formular o World Values Survey, base de dados com coletas que se direcionam a estudar os valores em diferentes sociedades e em momentos diferenciados, é de uma importância tremenda para as áreas de estudo que se dedicam ao comportamento do indivíduo sobre o ordenamento político do qual ele faz parte.

A perspectiva teórica sobre a mudança no sistema de valores presente em determinada sociedade e uma possível adesão a novas questões pós-materialistas têm sido o grande achado desse modelo proposto por Inglehart (2001). Seria, pois, um processo muito objetivo e direto entre o crescimento do desenvolvimento econômico, permeado por instâncias culturais, que desembocariam numa nova configuração valorativa. Ou seja, se veria maior nível de tolerância às diferenças, apoio às minorias, maior tendência de satisfação com a qualidade de vida, etc.

Os dados do WVS demonstram, no entanto, que apesar da melhora de indicadores econômicos e sociais no Brasil, na Argentina e no Chile prevalecem valores materialistas, conforme se vê através do grau de importância atribuída a Deus e no próprio índice de pós-materialismo apresentado por esses países. Os resultados encontrados nesse trabalho, assim, vão ao encontro dos estudos de Inglehart para nações historicamente católicas. É muito comum entre países com forte influência dessa religião a persistência de valores materialistas ainda que esses países tenham experimentado um período de crescimento econômico.

Tratamos, neste trabalho, de alguns aspectos presentes na teoria do desenvolvimento humano e na teoria dos valores propostas por Inglehart, e abordada por diversos outros pesquisadores que se dedicam às implicações do desenvolvimento econômico para as

mudanças de prioridades valorativas e das instituições políticas. As observações e análises que fazemos aqui são um empreendimento inicial de uma pesquisa comparativa embrionária.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, PERRY. O Brasil de Lula. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 91, p. 23-52, Nov. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dez anos de metas para a inflação – 1999 -2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. FGV-SP Texto para Discussão, n. 274, Nov. 2010.

CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro (Orgs.). *El cambio de valores en América Latina*. Hallazgos de la Encuesta Mundial de Valores. México: CESOP/ITAM, 2013.

CARDOSO, ELIANA. O modelo chileno. *Valor Econômico*, São Paulo, P. A11, 11/06/2003.

CEPAL. Panorama social da América Latina. 2002-2003.

DAVIS, DARREN; DAVENPORT, CHRISTIAN. Assessing the validity of the Postmaterialism Index. *American Political Science Review*, v. 93, n. 3, p. 649-664, 1999.

DIAMOND, L. & MORLINO, L. (2005) *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore, USA: Johns Hopkins University Press.

FIORINA, MORRIS. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

GARRETÓN, MANUEL A. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova*, n. 27, p. 59-92, Dez. 1992.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Forense- Universitária – EDUSP, 1975

INGLEHART, R. *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. Postmodernization, authority, and democracy. In: NORRIS, P. (org.). *Democratic Phoenix: political activism worldwide*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

INGLEHART, R. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R.; CARBALLO, M. ¿Existe Latinoamérica? Un análisis global de diferencias transculturales. In: CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro (Orgs.). *El cambio de valores en América Latina*. Hallazgos de la Encuesta Mundial de Valores. México: CESOP/ITAM, 2013.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*, New York: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald; ABRAMSON, Paul. Measuring Postmaterialism. *American Political Science Review*, v. 93, n. 3, p. 665-677, 1999.

KEY, V. O. *The Responsible Electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

MELLER, Patrício. Pobreza e distribuição da renda no Chile (década de 90).

MELLO, Natália. A teoria do desenvolvimento político e a questão da ordem e estabilidade. *Rev. Social. Polit.* V19 no 39. Curitiba. Junho 2011.

MORENO, Alejandro. *Value Cleavages Revisited*. 2013.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (In)fetividade da Lei na América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, n.51, p.37-61, julho, 1998

PALÁCIOS, Ariel. Ditadura argentina, a mais sanguinária da América do Sul, foi fracasso militar e econômico. *O Estado de São Paulo*, 24/03/2009. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/ariel-palacios/ditadura-argentina-a-mais-sanguinaria-da/>

PIO, Carlos. A estabilização heterodoxa no Brasil: ideias e redes políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, p. 29-54, Jun. 2001.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, n. 1, p. 69-98, Fev. 2000.

RIBEIRO, Ednaldo. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. *Debates*, v., n.2, p.103-133, 2008.

RIBEIRO, Ednaldo. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2, p. 371-400, Mai/Ago. 2007.

RIDENTI, M.; REIS, D.; MOTTA, R. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SOLA, Lourdes. Estado, reforma fiscal e ordem monetária: qual Estado? In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda (Orgs.). *Lições da década de 80*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 29-74.

TRANTER, Bruce; WESTERN, Mark. Question ordering effects in Inglehart's postmaterialism index. In: *Australasian Political Studies Association Conference*. Adelaide: University of Adelaide, Set.-Out. 2004.

TELLES, Helcimara; DIAS, Mariana. Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. *Revista do Legislativo*, v. 43, p. 82-103, 2011.

TRANTER, Bruce; WESTERN, Mark. Postmaterialism and Age: an Australian anomaly? *Australian Journal of Political Science*, v. 38, n. 2, p. 239-257, 2003.